



Formulário

Relatório de Viagem em Missão Oficial Internacional

IDENTIFICAÇÃO DO PARLAMENTAR

Nome: Elvino José Bohn Gass	Ponto: D_57499
E-mail: dep.bohngass@camara.leg.br	Telefone: (32) 1558-73
Partido: PT / RS	Gabinete: 873

Indentificação do(s) evento(s)

Nome oficial do evento ou o assunto: Fórum Parlamentar Ibero-Americano e Caribenho pela Segurança Alimentar
Descrição: O Evento foi um espaço único para o intercâmbio de experiências e a construção de alianças parlamentares, com o objetivo de fortalecer os marcos legislativos e as políticas públicas que contribuem para a segurança alimentar e nutricional na região.

Cidade(s):

Cidade	País
Cidade do México	México

Trecho(s):

Cidade Origem	Cidade Destino	Data	Tipo transporte
Porto Alegre	Guarulhos	21/10/2025	Avião
Guarulhos	Cidade do México	21/10/2025	Avião
Cidade do México	Lima	24/10/2025	Avião
Lima	Porto Alegre	25/10/2025	Avião

Atividades Realizadas:

Data	Descrição
21/10/2025	Deslocamento aéreo do Brasil até a Cidade do México.
22/10/2025	No dia 22/10/2025 no início da manhã houve recepção das autoridades no Parlamento Mexicano – Senado da República Mexicana. A Senadora Veronica Noemi Farjat, vice-presidente da Mesa Diretora do Senado Mexicano, fez a recepção das autoridades e saudou as pessoas presentes. Em síntese, falou sobre os desafios enfrentados, a crise climática, a desigualdade social, perda da biodiversidade que ameaça a segurança alimentar na região. Frisou que o México busca agenda para alimentar de forma inovadora. Oportunidade de transformar os sistemas agroalimentares. Por sua vez, a Coordenadora do FPH do México e do I Fórum Parlamentar Ibero-americano e Caribenho, Senadora Ana Lilia Rivera, referiu à experiência do México em implementar as tendas de bem-estar. Discursou sobre a proibição de agrotóxicos perigosos, mencionando como avanço da atual Presidenta mexicana a publicação de um decreto proibindo mais de 30 agrotóxicos altamente perigosos. Também falou sobre as ações implementadas no México para redução da fome. Frisou que as sociedades mal alimentadas e que padecem de fome são os piores genocídios. Reiterou a importância de se erradicar a fome e combater os desequilíbrios climáticos. Referiu que o México tem um sistema agrícola que foi reconhecido pela FAO como importante Sistema Importante do Patrimônio Agrícola Mundial (SIPAM). Na sequência houve exibição de um vídeo. Esse vídeo trazia imagens do México e mostrava que Tlaxcala tem um sistema agrícola milenar, chamado Meteplante. São terras construídas em zonas montanhosas e semiáridas, que combinam o cultivo de culturas como milho, feijão, abóbora e outros com plantas silvestres, em um sistema alimentar sustentável que



preserva a biodiversidade e a identidade cultural local. A seguir houve a fala da Diretora Executiva da AMEXCID (Agência Mexicana de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento), Ingrid Narvaes Gonzales, que discorreu sobre o acompanhamento dos países da região para fortalecer normativas; de a cooperação internacional ser utilizada como um instrumento eficaz para acompanhar processos legislativos. "Os compromissos legislativos são chaves para o processo de combate à fome e má-nutrição. As leis podem mudar realidades". Indicou que sistemas alimentares mais justos, são mais sustentáveis e resilientes. E reiterou que há um propósito comum: que nenhuma pessoa passe fome Por sua vez, a Secretária de Estado de Cooperação Internacional da Espanha, Eva Granados, evidenciou que as reformas que transformam são as que saem das Câmaras legislativas. Outro ponto importante é necessária pluralidade e pluralismo político para avançar distribuindo riquezas. Cooperar e trocar experiências são questões chave para avançar em políticas públicas. Frisou que a fome é um problema que tem solução e é um tema de prioridade política. É preciso saber onde se priorizam os orçamentos públicos. Citou como exemplo que a Defesa não é prioridade; a luta contra a pobreza é prioridade. Discorreu sobre a necessidade de legislação sólida, estável, disponibilização de recursos; o fortalecimento de alianças e do multilateralismo. Sinalizou que é preciso fortalecer agricultores familiares e adaptar-se às mudanças climáticas. Por fim, falou sobre a estratégia de cooperação feminista no Senado Espanhol para a igualdade de gênero naquele país. O Presidente da Comissão de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento do Senado da Espanha, Senador Gonzalo Robles, em seu discurso referiu que uma criança mal nutrida vai ter vários problemas no resto de suas vidas que não permitirá que seja igual a outros seres humanos. É preciso reduzir as taxas de má-nutrição. A agenda da fome precisa transcender as legislaturas. É preciso que continue o compromisso dos parlamentares para que a fome seja erradicada. Todos os esforços são necessários no combate à fome. A fome castiga mais duramente as mulheres. A política de combate à fome precisa ser também no empoderamento das mulheres. O Secretário-Geral da SEGIB (Secretaria Geral Ibero-Americana), Andrés Allamand, em síntese, falou que a Ibero-América é responsável por cerca de 15% a produção agrícola mundial e praticamente ¼ das exportações de produtos agropecuários e pesqueiros. Mas, ainda há aproximadamente 40 milhões de pessoas passando fome nessa região e mais de 150 milhões de pessoas vivem com insegurança alimentar moderada ou severa. Assim, providências urgentes devem ser tomadas. Por isso está sendo proposta a Aliança Parlamentar Ibero-americana e Caribenha pela Segurança Alimentar. Enfatizou a importância da participação dos mais diversos segmentos governamentais, sociais, organismos internacionais, etc. Ainda, mencionou que na Cúpula de São Domingo, no ano de 2023, foi lançado um documento denominado Rota Crítica para Alcançar a Seguridade Alimentar Incluyente e Sustentável na Ibero-América. Esse documento está estruturado em 4 eixos: o fortalecimento do comércio e o desenvolvimento de cadeias de suprimentos; a consolidação da agricultura familiar; o acesso ao financiamento que permita transformar os sistemas agroalimentar; e, o desenvolvimento de infraestrutura digital rural para inovação e gestão do conhecimento. Mencionou que em conjunto com a FAO realizaram um Laboratório de Inovação Cidadã para elaborar guias alimentares. O Presidente do Parlamento Latino-americano e Caribenho (PARLATINO), Deputado Rolando González, referiu sobre a disponibilização das leis modelos, que podem ser utilizadas pelos diversos países. Apelo para que sejam evitados desperdícios de alimentos. Frisou que o Trabalho legislativo pode transformar realidades. A criação de aliança interparlamentar e caribenha, quando se unem eleva o diálogo político para construir um trabalho comum para reduzir desigualdades e garantir o direito à alimentação das pessoas. Sugeri que seja constituída uma aliança parlamentar pela questão climática. Abordou, ainda em seu discurso, a ideia da segurança alimentar como prioridade de Estado. Por último, indicou que sempre deve estar presente nas diversas ações o enfoque de gênero, justiça climática e sustentabilidade. O Presidente da Comissão de Agricultura e Pesca da Assembleia da República de Portugal, Deputado Maurício Marques, expôs que a sobrevivência humana depende da alimentação. Salientou que Portugal tem uma história marcada por diferentes alianças e por manter colaboração com diferentes culturas e povos. Expressou que em sua visão é importante priorizar os produtos locais. Citou como exemplo que em Portugal, nas Cantinas escolares era fornecido para crianças comida "fast food". A dieta alimentar era ruim. Hoje os alimentos fornecidos para as crianças tem origem de produtores locais, com enfoque em alimentos saudáveis, o que se traduziu no aumento da saúde para as crianças. Essa mudança impactou inclusive as famílias que também passaram a consumir produtos da agricultura. O Subsecretário de Assuntos Multilaterais e Direitos Humanos do México, Enrique Ochoa, relembrou que a pandemia de saúde e as questões climáticas influenciaram no custo dos alimentos. A crise climática, a inflação e conflitos geopolíticos deixaram o sistema agroalimentar mais frágil. Manifestou-se no sentido de que é preciso realizar ações para erradicar a fome. Primeiro, fazer o direito de não padecer de fome. Disse que estamos longe de alcançar o ODS 2 – fome zero. Indicou quatro pontos. Primeiro, que o direito à alimentação é universal. No México o programa vida saudável nas escolas 86% eliminaram a comida industrializada e utilizam hábitos saudáveis. Segundo, é preciso combater o desperdício de alimentos. 130 toneladas ao ano, 11,6% da produção são perdidas no México. Desde 20217 está sendo implantada estratégia integral de bancos de alimentos e campanhas de divulgação. Fortalecimento de infra



Documento assinado por:

03/11/2025 19:45 - Dep. BOHN GASS

Selo digital de segurança: 2025-BHGJ-KUGX-MHXK-YAGV

estrutura de armazenamentos. Terceiro, é necessário regular o uso de substâncias agrotóxicas na produção. Isso melhora a saúde das pessoas, a qualidade da água e melhora a biodiversidade. A produção de alimentos deve ser segura para as pessoas e para o planeta. Quarto, recuperar e valorizar os sistemas agrícolas ancestrais. México, 3 lugares de patrimônio agrícola mundial. Deve haver cooperação regional com a participação de mulheres, jovens e indígenas. FAO 80 anos. Aliada estratégica contra a fome. Este Foro deve ser ponto de avanço da seguridade alimentar nos países. A Representante da FAO no México, Lina Pohl, Reiterou o compromisso da FAO para auxiliar na erradicação da fome. A Coordenadora Regional da Frente Parlamentar contra a Fome da América Latina e do Caribe (FPH-ALC), Deputada Sonia Rojas, iniciou a sua fala dizendo que "Sin maíz no há país". Citou os trabalhos realizados pela comissão coordenadora executiva no período de 2 anos e os avanços alcançados. Frisou a importância das cooperações para o alcance de fortalecer os parlamentos como autores estratégicos para o desenvolvimento e consolidar alianças para combater a fome e a miséria, visando garantir o direito à alimentação... Quando as instituições somam os seus esforços podem gerar de maneira concreta e alcançar os objetivos propostos. Um dos avanços foi a inclusão de gênero para ajudar as mulheres e crianças. O plano de seguridade alimentar e nutricional foi articulado com diferentes autores para ser atualizado. É um instrumento regional que tem por objetivo garantir a seguridade alimentar de todos os povos. A política pode e deve responder aos desafios mais urgentes da sociedade. O informe da equipe Europa reafirma o valor estratégico do trabalho legislativo. A Amexid tem sido parceria fundamental para os avanços. A FAO por seu acompanhamento técnico e estratégico tem atuado na luta para que se consigam melhorias nos indicadores. O objetivo é incidir e poder replicar as práticas e experiências positivas. É preciso imaginar sistemas alimentares mais justos e construir sociedades equitativas e sustentáveis. E preciso converter isso em resultados concretos. O Painel 1 foi sobre "Como avançar na erradicação da fome na Ibero-América e no Caribe através da Aliança Parlamentar Ibero-Americana e Caribenha pela Segurança Alimentar para Todos e Todas?". Teve como Moderador o Oficial do Programa Espanha-FAO para América Latina e o Caribe, Sr. Luis Lobo. O Sr. Luis Lobo compôs o painel e chamou as painelistas Coordenadora Regional da FPH-ALC, Deputada Sonia Rojas, e Coordenadora Regional Adjunta da FPH-ALC, Senadora Laura Párraga, para falarem sobre "A contribuição da FPH para a redução da fome e da má nutrição na América Latina e no Caribe. 15 anos de trabalho da FPH". Em seu pronunciamento, o Sr. Luis Lobo falou um pouco sobre os trabalhos desenvolvimentos pela FAO e sobre a celebração dos 80 anos da FAO, sobre os desafios e conquistas da FAO na região da América Latina e Caribe. Na sequência, o Diretor-Geral da FAO (2012-2019), Sr. José Graziano da Silva, por meio de videoconferência, mencionou que o grande desafio da América Latina é a desigualdade, que é um tema estrutural, da propriedade da terra e sua distribuição e formas de acesso, das diferenças de língua e região no mesmo território, com fortes diferenças sociais e econômicas, além de ser um continente bastante dedicado à agricultura, mas que pouco cuida da distribuição dos produtos. Frisou que o grande avanço da FAO na região foi trabalhar para a cooperação dos países no aspecto relacionado à segurança alimentar. Mencionou que nos últimos anos outro desafio foram o aumento dos preços e a inflação. Contou um pouco da história da FAO e disse que Eleanor Roosevelt teve papel fundamental para que a FAO fosse criada, uma vez que ela convenceu o presidente a criar essa instituição. Sinalou que no ano de 2006, em Porto Alegre/Brasil, o desenvolvimento foi discutido para ser trabalhado dentro dos considerados territórios rurais. Relatou que a FAO tem trabalhado para contribuir no combate à fome e à miséria. Finalizou dizendo que o tema da forma é um tema político. Não se trata de encontrar uma tecnologia, ou sementes ou produtos, e sim que tenha vontade política para eliminar a fome. Após, Maya Takagi, líder do Programa Regional da FAO, também falou por meio de videoconferência, frisando a importância de se ter um trabalho conjunto na região com o propósito de por um fim à fome e má nutrição através da ação legislativa. A criação da Aliança Ibero-Americana e Caribenha pela Segurança Alimentar é resultado de mais de 15 anos de trabalho da Frente Parlamentar Contra a Fome e a Pobreza. Comentou que em março de 2026 o Brasil será sede da 39ª Conferência Regional da FAO onde serão debatidas as prioridades regionais em alimentação, agricultura e desenvolvimento rural. Frisou que ainda persistem desafios como a crescente vulnerabilidade climática, as desigualdade urbano-rural e de gênero, ao mesmo tempo, surgem oportunidades transformadoras, como a inovação tecnológica, a agricultura digital, a bioeconomia. Nesse cenário, a FAO busca 4 cenários, com melhora da produção, melhora da nutrição, melhora do meio ambiente e melhora das condições de vida. A painelistas deputada Sonia Rojas falou da importância de se construir uma aliança entre os Parlamentos, além de se ter orçamentos disponíveis, ter legislações e ter parlamentares para fiscalizar os avanços de políticas públicas. Indicou que no PARLATINO foram aprovadas algumas leis relevantes, tais como a agroecologia e fortalecimento de cooperativas agroalimentares, ambas com apoio da FAO e cooperação espanhola e mexicana, e o foro de integração parlamentar Fopren, a lei geral de alimentação adequada e sustentável do México e a reforma constitucional da Colômbia que reconhece o direito expresso de alimentação a todas as pessoas e também a lei da mulher rural, na Colômbia. Outros avanços foram o projeto de lei e alimentação escolar na República Dominicana, Chile e Peru; a lei de desperdício de alimentos na Bolívia, dentre outras. Falou também da criação de grupos de trabalhos temáticos. A



Documento assinado por:

03/11/2025 19:45 - Dep. BOHN GASS

Selo digital de segurança: 2025-BHGJ-KUGX-MHXK-YAGV

painelista Senadora Laura Párraga enfatizou a importância da luta contra a fome. Mencionou que houve melhora nos dados relacionados à fome, embora ainda haja em torno de 35 milhões de pessoas que vivem em situação de fome. Refletiu sobre a importância das universidades como fontes de geração de conhecimento, bem como de outras instâncias. Sugeriu que a prioridade para o biênio- 26-27 deveria continuar a ser a luta contra a fome, porque somente com leis é possível melhorar as políticas nacionais dos diferentes países. Ainda, sugeriu trabalhar pela implementação do Pacto de Alimentação em todos os Paramentos; incorporar metas verificáveis nas leis nacionais; fortalecer as capacidades legislativas através de cooperações técnicas baseada em evidências científicas; legislar para uma melhor governança de forma ter institucionalmente a luta contra a fome como primeira prioridade; visibilizar as ações realizadas em cada um dos Paramentos envolvidos; levar a igualdade de gênero e as perspectivas climáticas em todos os orçamentos relacionados à alimentação. Outras sugestões foram pela adoção de alimentos saudáveis nos diversos países, adoção de economia azul baseada em utilização sustentável de recursos oceânicos e marinhos. Em síntese, direcionar os trabalhos para os setores mais desfavorecidos, além de buscar amplo apoio a essas pautas. Enfatizou que a fome atinge principalmente as famílias mais vulneráveis a nível global. Com relação aos impactos climáticos frisou que afetam os camponeses e causam impactos que chegam às cidades porque atingem a produção rural, da qual dependem todas as pessoas. Antes do início do painel da tarde houve pronunciamento da Presidenta do Senado do México, Laura Itzel Castillo. Em síntese, ela mencionou que em 2024 se promulgou a Lei Geral de Alimentação que visa garantir alimentação saudável para todas as pessoas, no México, e discorreu sobre a importância dessa lei. A seguir passou-se para o Painel 2, sendo que o moderador foi o Presidente da Comissão de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento do Senado da Espanha, Senador Gonzalo Robles, cujo painel teve como título "O Pacto Alimentação em Primeiro Lugar: Elementos necessários para a Implementação de marcos normativos no ODS 2 vinculados ao desenvolvimento da Agenda 2030". A Mesa foi composta pelas seguintes autoridades: Presidente do Parlamento Latino-americano e Caribenho (PARLATINO), Deputado Rolando González Intervenção dos Presidentes dos paramentos nacionais e regionais sobre o Pacto; Presidente do Parlamento das Américas (ParlAmericas), Senador Iván Flores; Presidente da Câmara dos Deputados da Bolívia, Deputado Omar Yujra. O moderador Dep. Rolando González falou sobre o Parlatino e as atividades desenvolvidas no sentido de fortalecer as alianças; impulsionar leis e orçamentos sobre alimentação com enfoque em direitos; supervisionar a efetiva aplicação de leis; incorporar o Poder Executivo, academia e sociedade privada em territórios de políticas alimentar; dar visibilidade à aliança de cooperação; articular o pacto com outros instrumentos internacionais e globais. O painelista Senador Iván Flores aproveitou a sua fala para mencionar que o diálogo entre as pessoas é fundamental para gerar a unidade e avançar nas políticas públicas continentais, afinal, um pacto é um acordo. Um acordo significa que houve entendimento. E o entendimento significa a tomada de consciência de que somos parte de um continente e podemos solucionar problemas em conjunto. Mencionou que estava na comissão de Seguridade do Senado e que tem estudado diversos assuntos. Usou como exemplo assim como as máfias, redes de organizações criminais, cartéis, narcotráfico atuam em conjunto é preciso que as sociedades atuem em conjunto para retirar as populações de situação de fome e miséria. Neste aspecto, as políticas públicas e tomadas de decisão são essenciais para que se possa agir rápido para garantir o acesso das pessoas à alimentação. Ou seja, decisões políticas são fundamentais e podem ser fortalecidas e unificadas regionalmente. Enfatizou o papel dos parlamentares no avanço à legislação para combater a fome e a pobreza. Por último, convidou os parlamentares para o Congresso Nacional da República Dominicana que ocorrerá no final de novembro, cujo enfoque é "A fome nas Américas". Finalizou falando sobre como a boa alimentação está relacionada à saúde e uma alimentação precária pode ser vinculada ao surgimento de doenças muito além da desnutrição e mortalidade, como a obesidade, sobrepeso, problemas diversos de saúde. Além disso, apelou que as crianças, em seus momentos de ócio, fiquem longe das telas e se desconectem das redes. Frisou que o Chile é pioneiro em rotulagem alimentar, indicando em embalagens os alimentos que são ricos em açúcar, sódio, gordura, etc. Sinalizou que a agricultura campesina deve ser valorizada e fortalecida. E que as mulheres recebem menos acesso a crédito público para a produção de alimentos se comparadas a homens, tendo a mesma capacidade produtiva. Questionou sobre como se pode efetivar para que haja igualdade de homens e mulheres no acesso ao crédito e à produção agrícola camponesa. Ainda, falou sobre a importância de se estar atento para que não haja retrocessos em direitos adquiridos e que espaços como esse Fórum são fundamentais para partilhar conhecimento, troca de experiências e defesa de valores democráticos e direitos humanos como o direito à alimentação. Após foi concedida a palavra à Senadora Amália Dolores García Medina, presidenta a Comissão para o Seguimento e Implementação da Agenda 2030, que falou sobre o desperdício de alimentos. Referiu que quase a metade das comidas compradas pelas nações ricas é desperdiçada. Enunciou que a humanidade está chegando a uma etapa de mudança climática em estágio irreversível, motivo pelo qual é urgente a adoção de um desenvolvimento rural sustentável. Narrou que foram cumpridos 24% dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS). Mencionou que o aquecimento global está provocando efeitos violentos que geram a fome. "Precisamos preservar o nosso planeta, porque está em



Documento assinado por:

03/11/2025 19:45 - Dep. BOHN GASS

Selo digital de segurança: 2025-BHGJ-KUGX-MHXK-YAGV

jogo a vida da humanidade. Por isso a importância da criação de alianças". É preciso garantir que a produtividade não seja fruto da depredação; é preciso diversidade genética; resiliência diante das mudanças climáticas mediante de ações conjuntas; determinação de acabar com a fome; reduzir o desperdício; ter bancos de alimentos que podem ser implantados nos mais diversos lugares. Devem ser adotadas medidas globais e medidas pontuais, conforme a realidade de cada país. O Painel 3 teve como tema "O papel da cooperação internacional na luta contra a fome e a desnutrição". Esse painel foi moderado pelo Oficial Assessor Técnico Principal para a Mesoamérica, Alfredo Mayén. Foram apresentadas contribuições da AMEXCID, por meio da Diretora Executiva da AMEXCID, Alejandra del Moral. Ela referiu que o Programa do México "Semeando Vidas" busca combater a pobreza e degradação ambiental ao mesmo tempo busca o desenvolvimento. É um apoio direto a pequenos agricultores rurais para seus cultivos básicos, para fortalecer a autossuficiência alimentar. Tem dimensão social, econômica e ambiental. É um programa que demonstra que a política pública pode produzir impacto positivo na vida das pessoas. Ingrid Grisel Narváez González, diretora jurídica de Cooperação Internacional da Agência Mexicana de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AMEXID), destacou o respeito às formas ancestrais de produção. Ressaltou a alimentação como o direito a estar bem alimentado. Frisou que no México a segurança alimentar ultrapassa a fronteira de ter alimentos para se transformar em possibilidade real de levar a cada pessoa uma alimentação nutritiva, suficiente e em quantidades adequadas. Assim, colocam os programas executados com foco nas capacidades locais, no impulsionamento da agricultura sustentável e na recuperação dos saberes tradicionais. Discorreu sobre o Programa "Semeando Vidas", que é uma política pública mexicana que busca entrar nas áreas rurais e tem como foco o combate à pobreza, a degradação ambiental e ao mesmo tempo o fomento à produção sustentável de alimentos e ao reflorestamento. É um programa de apoio econômico direto a pequenos agricultores que comprometem suas terras para semear árvores frutíferas, madeiras e outros cultivos básicos importantes, como o milho, o cacau e o café. É um programa que estimula a recuperação da cobertura florestal, melhora a produtividade e fortalece a autossuficiência alimentar, tudo dentro de uma visão integral que leva em consideração os aspectos social, econômico e ambiental. Frisou que a região (América Latina e Caribe) conta com uma grande riqueza agrícola, biológica e cultural, mas também enfrenta desigualdades estruturais, perda de fertilidade dos solos e vulnerabilidade climática, por isso a importância da atuação de parlamentos e governos, para, em conjunto, atuarem em marcos legais e políticas públicas que garantem o direito humano à alimentação, à soberania alimentar a produção local. Por sua vez, a AECID (Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento), por meio da Subdiretora de Transição Ecológica, Água e Luta contra a Fome e do Escritório do Fundo de Cooperação para Água e Saneamento da AECID, María Emma Orejudo, ressaltou o papel das cooperações internacionais. Explicou que o compromisso da cooperação espanhola vem sendo realizado através de apoio técnico e financeiro desde o ano de 2005, e, a partir de 2009, iniciou trabalho com as frentes parlamentares. E tem realizado atividades e cúpulas onde o tema da mitigação da fome tem sido debatido e colocado como eixo prioritário. Na sequência falou o Diretor da FIAP (Federação da Internacionalização das Administrações Públicas), Francisco Tierraca. Ele indicou que a nutrição não é apenas uma questão de alimentos, é uma questão de direitos, de governança, de sustentabilidade e sobre tudo, de justiça social. Ele recordou o encontro realizado em Salamanca, que debateu a questão da fome do acesso à alimentação. Frisou a importância de se chegar à fome zero, que corresponde ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável – ODS 2. Explicou que a FIAP – que é órgão público, está vinculada ao Ministério de Assuntos Exteriores e à União Europeia e à Cooperação da Espanha, com a missão de mobilizar experts, especialistas com a finalidade de desenvolver uma cooperação internacional. Citou programas como o Euroclima, que está relacionado à segurança alimentar e outros programas. Incluiu como aspecto a ser considerado os orçamentos dos países. Por último, reiterou que sejam feitas ações para englobar outros parceiros não governamentais no combate à fome. O Painel 4 teve como foco "Instrumentos vinculados ao trabalho da Aliança Parlamentar Iberoamericana e Caribenha pela Segurança Alimentar". A moderadora desse painel foi a Senadora Lorena Ríos, que também é Coordenadora Adjunta para Sudamérica da FPH-ALC. O primeiro painelista foi o Senador Cristóbal Márquez, que falou sobre o Caso do Senado da Espanha, seguido pelo Senador Miguel Ángel Nacarino. Este apresentou-se como porta-voz da Comissão de Cooperação Internacional do Senado da Espanha. O Senador Miguel Ángel Nacarino mencionou a participação em debates e reuniões sobre o tema, reforçando a necessidade de haver vontade política, mas também pessoal para que haja avanço no combate à fome. Disse que foi aprovada, em abril de 2025, a lei de prevenção de perdas, na Espanha. Argumentou que pela lei de cooperação espanhola o Parlamento tem papel de fortalecer a diplomacia e a própria Aliança Parlamentar pelo Direito à Alimentação. Reforçou a importância de ter enfoque em gênero para alcançar o ODS 2 uma vez que o papel das mulheres é fundamental. Além disso, o ODS-5 prevê a igualdade de gênero. O Senador Cristóbal, disse que ele e o Senador Miguel eram de partidos opositonistas, mas que trabalhavam de forma integrada no combate contra fome para juntos chegarem a acordos. Falou que "a fome não é uma fatalidade, é uma injustiça". Ressaltou o papel da política para resolver questões injustas, frisando que a fome não se resolve somente



Documento assinado por:

03/11/2025 19:45 - Dep. BOHN GASS

Selo digital de segurança: 2025-BHGJ-KUGX-MHXK-YAGV

com ajuda humanitária, mas com leis, orçamentos e decisões valentes. Esse Senador ressaltou que não há desenvolvimento sustentável sem as mulheres rurais, sem acesso a terras e sem acesso a créditos. Em suas palavras "empoderar as mulheres é produzir mais, mas, sobretudo, produzir melhor". Outra painelistas foi Francisca Gómez, Representante para América Latina e Caribe, do Movimento para o Fomento da Nutrição (SUN). Explicou que o movimento SUN está em 67 países e é liderado por uma subsecretaria geral das Nações Unidas, e engloba distintas redes da sociedade civil, redes de doadores, redes do setor privado, etc. Ou seja, é um movimento que tem plataformas multisetoriais e atua com multiatores. Citou diversos eventos globais que serão realizados nos próximos anos e apresentou quatro "ideias de força" com propostas concretas. Primeiro, a atuação dos parlamentos de todos pode converter leis, orçamentos em políticas e ações. Segundo, que o pacto global pela alimentação esteja integrado a outros setores, como o climático, saúde, proteção social e desenvolvimento econômico. Terceiro orçamentos sensíveis à nutrição e ao gênero, com controle político para fortalecer a prestação de contas e a transparência. Nesse aspecto o movimento SUN atua com os parlamentares para ter essa integração entre leis, orçamentos e ações, no intercâmbio de regiões. Quarto, pediu adesão de todos participantes para o Pacto Global pela Integração e Nutrição. Pelo Foro Mundial de Alimentação (WFF), falou o coordenador da Frente Parlamentar contra a Fome do Parlasul, o Deputado Matías Sotomayor. Esse parlamentar mencionou o Fórum Mundial de Alimentação, do qual participou, em Roma. Neste evento teve a inclusão e participação de jovens. Esse Fórum Mundial iniciou no ano de 2021, e colocou na centralidade a discussão e a necessidade de que os(as) jovens possam participar dos processos agroalimentares. Sinalou que em seu país, na Argentina, vivem em um contexto complicado, pois nem sequer há pagamento de salários pelo governo. Citou o presidente Lula como uma autoridade que impulsionou a Aliança Global contra a Fome. Na sequência, eu, Deputado Bohn Gass, fui chamado para compor a Mesa e, como painelistas. Relatei a experiência do Brasil e a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. Saudei os presentes e felicitei o governo espanhol por ter trazido parlamentares de espectros políticos opostos, mas que atuam de forma conjunta no combate à fome. Citei seis pontos importantes para combater a fome mundial. Primeiro, vontade política. Segundo, aprovação de leis. Terceiro, programas de governo que precisam ser políticas de Estado. Quarto, disponibilização de orçamentos. Quinto, a cooperação e o trabalho em rede. Sexto, a mobilização popular. Enfatizei que o Brasil estava no mapa da fome. E com o governo Lula, duas vezes o nosso país saiu do mapa da fome. Com o governo anterior, havia 33 milhões de brasileiros que voltaram ao mapa da fome. Citei como exemplos os programas de aquisição de alimentos, merenda escolar, o programa quintais produtivos que é um financiamento para elas acessarem recursos, o Pronaf. Frisei que é preciso avançar, ter mais orçamentos. Para tanto, o governo Lula apresentou um projeto para taxar os super ricos, porque no Brasil já injustiça tributária. Então, a taxa seria para super ricos, bilionários, bancos, para jogos virtuais de bets. Tudo isso possibilitaria ter mais recursos para atuar em programas sociais e políticas públicas importantes. Em minha fala também mencionei a preocupação com as mudanças climáticas e os eventos externos. Porque tanto chuvas quanto secas em excesso prejudicam as plantações, consequentemente, a produção de alimentos. Falei sobre a COP 30 que ocorrerá em Belém do Pará, no mês de novembro. Evidenciei também a importância da proteção das bacias hidrográficas porque sem água e sem disponibilização de solos não como produzir alimentos. Outro ponto que mencionei foi a necessidade de regulação do uso de agrotóxicos, uma vez que impactam o meio-ambiente. Ainda, discorri sobre a importância de se ter mais alimentos saudáveis e menos comidas ultraprocessadas e açúcares. Outro ponto, falei que no Brasil o aumento real do salário mínimo acima da inflação e do Bolsa Família possibilitam que as pessoas possam se alimentar pois lhes garante poder aquisitivo. Então, esse conjunto todo de políticas públicas e ações possibilitou que o país saísse do Mapa da fome pela segunda vez. O próximo painelistas foi Mauricio Hernández, representante do Observatório do Direito à Alimentação (ODA), que frisou a importância de se agregar à luta contra a fome embasadas em pesquisas científicas e acompanhamento acadêmico por meio das universidades. Frisou que no ODA, instituído em 2011, são feitas propostas de políticas públicas baseadas em evidências, baseadas em conhecimentos científicos e bons diagnósticos. Foram encerradas as atividades do primeiro dia.

23/10/2025

No dia 23 de outubro, acompanhei o painel 5. Este painel tratou dos "Grandes Resultados: Apresentação de Iniciativas Legislativas e de Implementação Exitosas na Redução da Fome e da Má-nutrição". A moderadora desse painel foi a Coordenadora da Frente Parlamentar contra a Fome, da República Dominicana e Coordenadora do Caribe, Deputada Soraya Suárez. A primeira painelistas foi a deputada estadual brasileira pelo Estado do Rio Grande do Sul, deputada Laura Sito. Basicamente, ela falou sobre algumas políticas públicas federais, principalmente voltadas para a agricultura familiar, indígenas e quilombolas. E também sobre ações de seu mandato parlamentar. Refletiu sobre a utilização da fome como arma de guerras. Mencionou a disputa pelo acesso às terras e abordou a questão das mudanças climáticas. Citou o programa de cozinhas solidárias, construído com base em experiências de movimentos sociais. Outro ponto abordado foi a inclusão de itens alimentares naturais ou minimamente processados na composição da cesta básica. Em síntese, disse que o governo brasileiro atuou



Documento assinado por:

03/11/2025 19:45 - Dep. BOHN GASS

Selo digital de segurança: 2025-BHGJ-KUGX-MHXK-YAGV

com um modelo de governança intersetorial participativa que combina a inclusão social, valorização do trabalho, e fortalecimento das políticas públicas de combate à fome. Outra panelista foi a Senadora chilena Carmen Gloria Aravena. Referiu que o Chile tem enfrentando a insegurança alimentar, apesar de estar sofrendo bastante com as mudanças climáticas que afetam as colheitas nos territórios. Comentou que é importante que se gerem políticas públicas com interculturalidade e que tenham a participação dos jovens, das mulheres e de indígenas. Sinalou que em mais de 25 países da região Iberoamérica e Caribe mais de 100 leis foram aprovadas. Informou que o Chile tem alguns problemas com relação ao ordenamento territorial relacionamento ao parcelamento de terras, outro problema é a erosão do solo. Citou um trabalho voluntário que está sendo feito por meio de 33 universidades no Chile que deu origem a um projeto para que haja institucionalidade e coordenação de políticas sobre o solo. A panelista seguinte foi a deputada Ana Paola García, representante da Colômbia, que falou sobre a "Lei da Mulher Rural". A parlamentar exibiu um vídeo sobre a aprovação dessa Lei. Apresentou dados de que, na Colômbia, há aproximadamente 14 milhões de pessoas em insegurança alimentar. Nos últimos 3 anos, 989 crianças menores de 5 anos morreram por desnutrição aguda e outras 95.000 foram diagnosticadas como desnutridas. Registrou que a Frente Parlamentar Contra a Fome na Colômbia tem atuado na aprovação de leis contra a desnutrição. Citou como exemplo a reforma constitucional – ato legislativo 001, que elevou o direito à alimentação como um direito humano. Isso foi consenso entre todos os partidos políticos e bancadas, porque há dez anos vinham tentando de forma infrutífera. A Lei das Mulheres Rurais nasceu da escuta e da reivindicação dos movimentos. Efetuaram cinco audiências públicas em diferentes regiões do país e 10 encontros territoriais. Após fizeram mesas de discussão com o Ministério da Agricultura, com a FAO, com municípios, associações e coletivos de mulheres. A lei aprovada também integra a mulher rural camponesa e as pescadoras. Propicia-se a elas espaços e linhas de créditos especiais para que elas possam ter acesso de forma ágil a créditos que possam fortalecer suas economias familiares e campesinas; essa lei propõe que haja educação formal e não formal, com enfoque na ruralidade. Ou seja, não é preciso retirar a mulher do campo. São as instituições que devem ir até o campo. Ademais, foi criado um fundo para fortalecer as mulheres rurais, o FOMUR. Ainda, facilitou-se que as mulheres tenham acesso à terra. Em suas palavras "Na Colômbia, realizamos uma prática exitosa que quando uma mulher se empodera no campo não somente produz alimentos, produz sustentabilidade, produz justiça social e produz empoderamento feminino também". Após foi aberto um breve espaço para debate entre os participantes. Após, novo painel foi iniciado. Neste, falou o Senador Ivan Flores, Presidente do Parlamento pelas Américas (ParlAmérica). Ele citou a ex-presidente do ParlAmérica, Blanca Avelar, como impulsionadora da rede de igualdade de gênero. Problematicizou o que vão fazer os jovens no futuro quando a automatização do trabalho, a robotização e a despersonalização do comércio retirar espaços. Refletiu sobre as incertezas que existem no meio rural com relação às questões climáticas que afetam a produção e também com preços de comercialização dos produtos. Além disso, os países precisam trabalhar para gerar energias limpas e sustentáveis. Precisam mudar a matriz produtiva, os regimes tarifários. Precisam cuidar do meio ambiente, afinal, o planeta tem cada vez menos disponibilidade de água doce. Apelou para que não seja esquecida a pesca predatória e industrial e pesca de arrasto, que prejudica o meio ambiente. No Chile decidiram ter o mesmo pagamento de homens e mulheres e a mesma concessão de crédito. A seguir, a Senadora Blanca Ovelar, do Paraguai, falou sobre a Lei de Seguro Agrícola implementada em seu país. Falou que em seu país 60% é desperdiçado. 13% dos produtos se perdem antes de chegar ao consumidor final, e, 18% são perdidos depois e chegar à cadeia de distribuição. No Paraguai já cerca de 350 milhões de pessoas padecendo com a fome. Salientou que seu país ainda precisa melhorar a implementação e efetividade de leis nessa seara. Citou que no Paraguai começaram a estudar uma lei para seguro agrícola, mas ainda não foi aprovada. Referiu que possuem uma lei de alimentação escolar e controle sanitário que atende a todos alunos de educação obrigatória. Complementou dizendo que ainda precisam avançar em uma lei sobre desperdícios. Em seu pronunciamento, o deputado Rolando González, Presidente do Parlatino, refletiu sobre o papel dos saberes e práticas das comunidades originárias e a produção de alimentos, frisando a importância de preservar esse tipo de conhecimento ancestral, que preserva o meio ambiente e é feito de forma sustentável. Citou o exemplo da pesca artesanal. Mencionou que o Parlatino tem também Lei sobre o direito à alimentação e a soberania alimentar desde 2012, e, a lei modelo da América Latina sobre a regulação de publicidade e promoção de alimentos e bebidas não alcoólicas, a lei de direito humano à água potável e saneamento; a lei modelo de agricultura familiar, desde 2016; a lei da pesca artesanal ou em pequena escala; a lei modelo sobre o trabalho rural; a lei modelo para prevenção e redução de perdas e desperdícios de alimentos; a lei modelo das cooperativas agroalimentares na América Latina e Caribe, do ano de 2024. Na sequência outro Painel em que falaram sobre a Atualização da Ley SAN, cujo panelista foi o parlamentar Andino Fernando Arce. Este disse que também é presidente da Comissão de Luta Contra a Fome pelo Parlamento Andino. Frisou que é necessário ter estados mais humanistas e menos burocráticos, que efetivamente sejam sensíveis com relação ao tema da fome. Lembrou que a qualidade do gasto público em infra-estrutura básica e produtiva é vital para a agricultura familiar e que a ONU proclamou o período 2019-2028 como o decênio das Nações Unidas para a



Documento assinado por:

03/11/2025 19:45 - Dep. BOHN GASS

Selo digital de segurança: 2025-BHGJ-KUGX-MHXK-YAGV

agricultura familiar. Salientou que pelo Parlatino impulsionaram e aprovaram muitos marcos normativos intergeracionais e de gênero para incorporar as pessoas jovens e mulheres rurais no mercado laboral agrícola e para fomentar os empreendimentos locais no setor agroalimentar. Posteriormente, o Senador Sebastián Sabini falou sobre o Programa de Alimentação Escolar no Uruguai, que enfatizou estarem debatendo em seu país como ampliar esse programa. Citou a frase de um professor que dizia “não se podia pensar em educar, em aprender, em ensinar, em gerar uma comunidade educativa se não havia comida”. Frisou que a sociedade precisa proteger a infância, e, com isso, as crianças devem ter acesso à alimentos saudáveis e nutritivos para que possam se desenvolver. Referiu que em o Uruguai cobre 100% das escolas com alimentação escolar. O congressista senhor Roberto Canichi, do Perú, falou sobre o papel das anchovas na dieta, considerando o potencial pesqueiro do seu país. Ele também referiu que está comprovado por análises médicas que os 3 primeiros anos de vida de uma criança, se não é bem alimentada, seu cérebro jamais vai se desenvolver plenamente. Falou que em suas visitas conheceu um centro tecnológico pesqueiro, no Perú, onde é desenvolvido um hidrolisado de anchovas que é semelhante ao leite em pó. Em sua forma hidrolisada perdeu o sabor marinho forte e o cheiro, portanto, pode ser dissolvido e consumido com água, no leite, na sopa, com refrescos, iogurtes e várias outras formas. É um alimento altamente nutritivo, com mais de 87% de proteínas, com ômega3, ômega 6, etc. Lamentou que a maior parte da produção de anchovas vá para outros tipos de consumo que não o humano. Referiu que as anchovas hidrolisadas podem contribuir para o combate à fome e desnutrição, sendo que esse projeto deveria ser ampliado. Também citou um produto chamado Misky Miski que é feito com um tipo de larva e serve para alimentar as galinhas de postura e porcos. Esse produto foi adaptado para a alimentação humana pela Universidade Agrária, que o produz desidratado e é rico em proteínas. Considerando que a explosão demográfica é grande, esse tipo de alimento teria baixo custo e impacto, além de ser versátil no preparo de vários pratos. Citou o exemplo da China, que utiliza vários insetos na alimentação popular. Finalizou dizendo que a biodiversidade latino-americana deve ser melhor utilizada. E, por último os Deputados Amílcar Almeida e Pedro dos Santos falaram sobre Os Avanços da Segurança Alimentar em Portugal. No ano de 2009 Portugal aprovou uma lei pioneira na Europa, limitando o teor máximo de sal em um pão; em 2016 o país promoveu a criação de uma estratégia para reduzir o desperdício alimentar; em 2017 criou um imposto sobre as vendas de bebidas com adição de açúcar; em 2019 fortaleceu a legislação garantindo que as comidas servidas em escolas públicas fossem equilibradas, sustentáveis e de origem local; em 2021 foi aprovado uma estratégia nacional de segurança alimentar. Na sequência teve intervalo e após foram constituídas mesas de trabalho, a experiência mesoamericana e caribenha; a experiência sudamericana; a experiência dos parlamentos regionais e a experiência ibérica. Após debates das cinco mesas de trabalho houve a plenária em que todos participamos.

24/10/2025

No dia 24, na parte da manhã, fruto das discussões dos dias anteriores, foi discutido e elaborado o documento final denominado Pacto Alimentação Primeiro, em que nós parlamentares assumimos o compromisso de priorizar a segurança alimentar e nutricional nas agendas políticas em nossos mandatos; impulsionar uma agenda legislativa que garanta o direito à alimentação adequada, priorizando este tema nas mesas diretoras dos nossos parlamentos, fortalecendo os marcos normativos com orçamentos que assegurem sua implementação e considerando a sustentabilidade ambiental, a igualdade de gênero e o fortalecimento da democracia como princípios fundamentais; Fiscalizar a aplicação das leis e políticas de segurança alimentar e nutricional, garantindo que os recursos humanos e financeiros destinados a esta área sejam utilizados de forma eficaz na erradicação da fome e da má nutrição; incorporar os poderes executivos e a sociedade civil nesses esforços, promovendo a participação da academia, meios de comunicação, organizações sociais e do setor privado no desenho e na avaliação de leis e políticas relacionadas com a alimentação, com uma abordagem territorial; dar visibilidade à Aliança Parlamentar Ibero-Americana e Caribenha pela Segurança Alimentar e aos avanços deste Pacto em fóruns internacionais chave, como as Cúpulas Ibero-Americanas e as Cúpulas Parlamentares Mundiais contra a Fome e a Má Nutrição; e na opinião pública global, regional e nacional, promovendo a cooperação em todos os níveis nesta matéria; Fomentar a articulação do Pacto com outros instrumentos regionais e globais que contribuem para a transformação dos sistemas agroalimentares. Reafirmamos nosso compromisso multilateral com a erradicação da fome e de todas as formas de má nutrição, em consonância com os compromissos internacionais assumidos no marco da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Enfatizamos que a segurança alimentar e nutricional constitui um eixo transversal para o avanço dos direitos fundamentais, a estabilidade social e o desenvolvimento dos nossos países. Neste sentido, reiteramos a importância de fortalecer os marcos normativos nacionais e regionais nesta matéria, promover a cooperação técnica Sul-Sul e triangular, e otimizar os mecanismos de governança alimentar com base em princípios de equidade e sustentabilidade ambiental. Comprometemo-nos a priorizar esses temas na agenda parlamentar, articulando sinergias com os poderes executivos, organismos internacionais e a sociedade civil organizada. Este Pacto está alinhado com os instrumentos internacionais de direitos humanos e reflete um consenso regional para acelerar o cumprimento do Objetivo de



Documento assinado por:

03/11/2025 19:45 - Dep. BOHN GASS

Selo digital de segurança: 2025-BHGJ-KUGX-MHXK-YAGV

	Desenvolvimento Sustentável nº 2 (ODS 2: Fome Zero). Na parte da tarde iniciei o deslocamento aéreo de retorno do México, com conexão em Lima.
25/10/2025	Cheguei ao Brasil, em Porto Alegre/RS.

Documentos Anexados:

Informações complementares

1. Orientações processuais:
 - a. Preencher o formulário.
 - b. Assinar eletronicamente o formulário.
 - c. Tramitar o formulário para área designada.
2. Legislação pertinente:
 - a. Ato da mesa nº 35/2003.

Brasília-DF, 03 de novembro de 2025.



Documento assinado por:
03/11/2025 19:45 - Dep. BOHN GASS
Selo digital de segurança: 2025-BHGJ-KUGX-MHXX-YAGV